

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
Nota Introdutória	
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	8
Informação relativa à Gestão do Fundo	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	
ERROS DE VALORIZAÇÃO	12
EVENTOS SUBSEQUENTES	12
Notas Informativas	13
ANEXOS	16

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 2 de fevereiro de 2017, sob a designação IMGA Iberia Fixed Income – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A 10 de setembro de 2019 alterou a sua denominação para IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo incorporado na sua política de investimento critérios ambientais, sociais e de governação corporativa (Environment, Social & Governance).

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual foi constituída a 3 de fevereiro de 2022.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa desde segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rendibilidades foi considerável, percetível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

i m g a

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPS

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF — Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos de Obrigações

A categoria de Fundos de Obrigações em 2022 foi prejudicada pela perfomance negativa dos principais mercados mundiais, que tiveram rendibilidades entre -11,2% nas obrigações *high yield* americanas e -22,9% nas obrigações indexadas à inflação, as quais não registavam perdas desde o ano de 2018.

Neste ambiente pouco profícuo, a categoria de fundos de investimento de obrigações em Portugal registou uma variação negativa de 12% (€315M) dos ativos sob gestão, ligeiramente inferior às restantes classes de fundos. A rendibilidade negativa dos fundos provocada pelo grande aumento das taxas de juros levou à perda dos ativos geridos, sendo de destacar que o efeito de mercado, no valor de aproximadamente €200M, foi a principal razão para esta variação.

Na IMGA, os fundos desta categoria contribuíram com uma perda de €223M, com uma parte substancial atribuída aos fundos de taxa indexada que, não obstante serem os de menor variabilidade no valor da UP, são também os que maior volume ocupam nesta categoria. As vendas líquidas nesta categoria foram negativas em €172M, tendo a perda por efeito de mercado totalizado €51M.

O fundo de obrigações IMGA Retorno Global foi redenominado e alterado para o fundo multiativo IMGA Alocação Defensiva em 25 janeiro de 2022, tendo assim contribuído como detrator de ativos sob gestão da categoria de fundos de obrigações com €15,3M à data da alteração.

A rendibilidade anual variou entre -3,9% no fundo IMGA Euro Taxa Variável e -12,5% no fundo IMGA Dívida Publica Europeia, que evidencia na sua performance negativa o efeito da subida das taxas de juro das diversas obrigações de dívida pública na Europa promovida pelos bancos centrais, num último recurso para controle da inflação causada pela guerra na Ucrânia e pela Covid-19.

No final do ano, a IMGA detinha nesta categoria de fundos de investimento uma carteira de €676M, repartida pelos 6 fundos nas diferentes componentes de obrigações.

	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	
-3,91%	1,20%	2	-1,33%	1,74%	2	-0,84%	1,43%	2	
-3,96%	1,20%	2	-	-	-	-	-	-	
-4,94%	1,55%	2	-1,96%	2,37%	3	-1,23%	1,94%	3	
-7,12%	2,45%	3	-2,44%	2,84%	3	-1,38%	2,28%	3	
-7,06%	2,44%	3	-	-	-	-	-	-	
-12,46%	4,92%	3	-4,66%	4,39%	3	-1,89%	3,96%	3	
-12,46%	4,93%	3	-	-	-	-	-	-	
-10,92%	4,29%	3	-4,41%	5,15%	4	-1,84%	4,16%	4	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-10,94%	4,28%	3	-	-	-	-	-	-	
-10,44%	4,10%	3	-3,82%	3,93%	3	-2,13%	3,16%	3	
	Anual. -3,91% -3,96% -4,94% -7,12% -7,06% -12,46% -10,92% 10,94%	Rend. Anual. Volatilidade -3,91% 1,20% -3,96% 1,20% -4,94% 1,55% -7,12% 2,45% -7,06% 2,44% -12,46% 4,92% -12,46% 4,93% -10,92% 4,29%	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe -3,91% 1,20% 2 -3,96% 1,20% 2 -4,94% 1,55% 2 -7,12% 2,45% 3 -7,06% 2,44% 3 -12,46% 4,92% 3 -10,92% 4,29% 3 -10,92% 4,29% 3 -10,94% 4,28% 3	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. -3,91% 1,20% 2 -1,33% -3,96% 1,20% 2 - -4,94% 1,55% 2 -1,96% -7,12% 2,45% 3 -2,44% -7,06% 2,44% 3 - -12,46% 4,92% 3 -4,66% -12,46% 4,93% 3 - -10,92% 4,29% 3 -4,41% - - - - -10,94% 4,28% 3 -	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. Risco Volatilidade -3,91% 1,20% 2 -1,33% 1,74% -3,96% 1,20% 2 - - -4,94% 1,55% 2 -1,96% 2,37% -7,12% 2,45% 3 -2,44% 2,84% -7,06% 2,44% 3 - - -12,46% 4,92% 3 -4,66% 4,39% -10,92% 4,29% 3 -4,41% 5,15% - - - - - -10,92% 4,28% 3 - - -10,94% 4,28% 3 - -	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe -3,91% 1,20% 2 -1,33% 1,74% 2 -3,96% 1,20% 2 - - - -4,94% 1,55% 2 -1,96% 2,37% 3 -7,12% 2,45% 3 -2,44% 2,84% 3 -7,06% 2,44% 3 - - - -12,46% 4,92% 3 -4,66% 4,39% 3 -10,92% 4,29% 3 -4,41% 5,15% 4 - - - - - - -10,92% 4,28% 3 - - - - -10,94% 4,28% 3 - - - -	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. -3,91% 1,20% 2 -1,33% 1,74% 2 -0,84% -3,96% 1,20% 2 - - - - - -4,94% 1,55% 2 -1,96% 2,37% 3 -1,23% -7,12% 2,45% 3 -2,44% 2,84% 3 -1,38% -7,06% 2,44% 3 - - - - -12,46% 4,92% 3 -4,66% 4,39% 3 -1,89% -10,92% 4,29% 3 -4,41% 5,15% 4 -1,84% - - - - - - - -10,94% 4,28% 3 - - - -	Rend. Anual. Risco Volatilidade Classe Rend. Anual. Risco Volatilidade Rend. Anual. Rend. Anual. Anual. Risco Volatilidade Rend. Anual. Anual. Rend. Anual. Anual. Volatilidade Rend. Anual. Volatilidade Rend. Anual. Volatilidade Rend. Anual. Yolatilidade Risco Yolatilidade Polatilidade Polatilidade	

O IMGA Fixed Income CAT I não tem rendibilidade a 1 ano.

Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas, pelo que os bancos centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial. No entanto, os *spreads* atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação.

Durante os primeiros noves meses do ano verificou-se uma redução significativa das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito a diminuir significativamente, e uma posterior reversão parcial deste movimento no último trimestre do ano.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Iberia Fixed Income assentou numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento acentuado da inflação e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais. Devido à forte subida das taxas de juro o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas, privilegiando o segmento *Investment Grade* e emitentes ibéricos de setores mais defensivos.

Os setores privilegiados foram os da energia, matérias-primas e financeiro com maturidades de curto prazo de forma a ter o perfil de risco/retorno mais conservador devido ao alargamento dos *spreads* da curva de crédito. Reduziu-se o investimento em dívida subordinada, dívida híbrida e *high yield* como consequência do agravamento das perspetivas económicas de Portugal e Espanha e da inflação.

Durante o ano o Fundo reduziu os seus níveis de duração, através da venda da dívida pública de longo prazo e de um aumento da cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto positivo na performance do Fundo durante o ano de 2022. Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para reduzir exposição a alguns emitentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida *high yield* para evitar um acréscimo de volatilidade.

O desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito dos emitentes ibéricos, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e high yield, e pelo alargamento dos spreads da dívida pública de Espanha e Portugal. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, não tendo registado desvalorizações expressivas. Por outro lado, a subida acentuada das taxas de juro sem risco penalizou também a performance do Fundo. A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito para captar o prémio de risco ficou mais limitada devido à volatilidade das taxas de juro e dos spreads de crédito, e de forma a manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.



No final de dezembro de 2022 a Categoria A do IMGA Iberia Fixed Income ESG apresentava uma rendibilidade a 1 ano de -10,9%, tendo atingido um valor líquido global de €1,3M contra os €2,9M de dezembro de 2021. As vendas líquidas desta categoria foram negativas em €1,4M, com resgates de igual valor.

Relativamente à Categoria R do Fundo, a rendibilidade a 1 ano foi de -10,9% em dezembro de 2022, tendo registando subscrições líquidas positivas, ainda que pouco expressivas em termos de valor líquido global.

Em fevereiro de 2022 foi criada a Categoria I, que apresentava em dezembro de 2022 um valor líquido global de €1,2M, ainda sem rendibilidade a 1 ano disponível.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

CONSELHO FISCAL

Presidente e Administradores

Administradores independentes

RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
300.457	154.159	3
40.080	-	1

Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo acima do valor definido no n.º 1 do art.º 41.º do Regulamento 2/2015 da CMVM, republicado pelo Regulamento 3/2020, não se tendo registado qualquer pagamento de indemnizações a participantes, sem prejuízo da devida compensação efetuada pela Sociedade Gestora ao Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Iberia Fixed Income ESG

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 2 de fevereiro de 2017 Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 2 371 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2018	2019	2020	2021	2022					
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A										
Rendibilidade	-1,8%	6,2%	-0,4%	-1,5%	-10,9%					
Risco (nível)	2	2	4	2	3					
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R										
Rendibilidade					-10,9%					
Risco (nível)					3					
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I										
Rendibilidade					-					
Risco (nível)					-					

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em divida de emitentes portugueses e espanhóis não envolvidos em atividades ou setores controversos, tais como Tabaco, Jogo e Armamento Pessoal ou cuja maioria das receitas se ja proveniente destas atividades e privilegiando os emitentes do respetivo universo, prevenindo adequadamente eventuais alterações significativas no risco-país, que adotem as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, ou emissões cujo objetivo seja financiar projetos com impacto positivo quer a nível social quer a nível ambiental (Social Bonds e Green Bonds).

O fundo investirá maioritariamente os seus ativos em títulos de dívida e instrumentos de mercado monetário de emitentes privados e públicos sedeados em Portugal e Espanha, exceto em situações em que agestão do FUNDO entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, caso em que poderá investir em dívida pública la lemã, dívida de outro país da Zona Euro de risco equivalente ou efetuar coberturas com derivados sobre dívida pública de outros países da Zona Euro.

O investimento poderá ser, direta ou indiretamente, em obrigações de taxa fixa, de taxa variável, obrigações hipotecárias ou resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de divida de natureza equivalente, com distintos graus de subordinação, emitida(os) por entidades públicas, privadas ou garantidos por um Estado Soberano, por Entidades Supranacionais ou por organismos internacionais de caráter público. Poderá, igualmente, investir em instrumentos de mercado monetário, incluindo papel comercial e depósitos em instituções de crédito.

O fundo não privilegiará setores específicos, nem segue uma alocação regional fixa.

Até um limite de 10% do seu valor líquido global poderá investir em unidades de participação de outros organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ou equiparados, com objetivos e políticas de investimento em conformidade com os do próprio fundo.

10.2K 10.0K 9.8K 9.6K 9.4K 9.2K 9.0K 8.8K 8.6K 8.4K

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período a pós essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	548 663,0373	508 788,3310	582 365,4401	551 162,9207	278 921,1669
Valor Unitário UP (Euros)	5,0023	5,3140	5,2909	5,2099	4,6408
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação				200,4009	200,4009
Valor Unitário UP (Euros)				4,9936	4,4471
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação					237 878,1327
Valor Unitário UP (Euros)					4,5202

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

		2022		2021		2020		2019		
Mercado	Região	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões							
Mercado Nacional	Portugal	467	0,0	704	0,0	601	0,0	701	0,0	
Mercados União Europeia	Países Baixos			96		103		214		
	Espanha	1 667		1 814		2 114		1 686		
	sub-total	1 667	0,2	1 910	0,2	2 217	0,1	1 900	0,0	
Outros Mercados	China							50		
	sub-total	0	0,0	0	0,0	0	0,0	50	0,0	
	Total	2 134	0,2	2 614	0,2	2 818	0,1	2 651	0,0	

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2022

Valores mobiliários	2 134 322,21
Saldos bancários	183 418,20
Outros ativos	56 995,18
Total dos ativos	2 374 735,59
Passivos	4 198,69
Valor Líquido de Inventario	2 370 536,90

TÍTULOS EM CARTEIRA

							(valores em Euro)
Decerione des títules	Preço de	Mais valias	Menos	Valor da	Juros	SOMA	0,
Descrição dos títulos	aquisição Mais vallas		valias	carteira	corridos	SOWA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	199 064	257	2 674	196 647	3 608	200 255	9%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	2 144 358	2 272	208 955	1 937 675	10 690	1 948 365	91%
TOTAL	2 343 422	2 5 2 9	211 629	2 134 322	14 298	2 148 620	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

	(varores em Earo)
Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	33 869
As mais-valias de investimentos	489 739
Custos	
Custos de gestão	(17 394)
Custos de depósito	(1 237)
Outros encargos, taxas e impostos	(8 106)
As menos-valias de investimentos	(787 104)
Custos de negociação	(727)
Lucro líquido	(290 960)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	1 248 922
Resgates	(1 459 895)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	IMGA IBERIA FIXED INC	COME ESG CAT A	IMGA IBERIA FIXED INCO	(Valores em Euro) IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I		
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	3 081 202,94	5,2909				
31.12.2021	2 871 469,39	5,2099	1 000,71	4,9936		
31.12.2022	1 294 405,31	4,6408	891,20	4,4471	1 075 240,39	4,5202

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

						(Valores em Euro)
Descritivo	31.12.2021	Compras		Vendas	+/- Valias realizadas	31.12.2022
Operações Cambiais						
Operações Sobre Taxas de Juro	(685 480)		-	(631 210)	99 805	(1316690)
Operações Sobre Cotações						

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG

Índice

Balanço	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	-
Notas às Demonstrações Financeiras	

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

>

2 756 815 22 348 139 927 2 562 360 2 153 Períodos 31-12-2021 (46 619) 2 872 470 2 877 545 2 584 996 (16 808) 93 308 1.750 297 (290960)2 046 2153 2 374 736 4.5202 4.4471 4.6408 2 370 537 31-12-2022 Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos /alor Unitário da Unidade Participação - Classe A /alor Unitário da Unidade Participação - Classe R PASSIVO /alor Unitário da Unidade Participação - Classe Total das Provisões Acumuladas TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO Total dos Valores a Pagar Total do Capital do OIC Rendimentos a Pagar a Participantes Outros Acréscimos e Diferimentos Dividendos Antecipados das SIM Resgates a Pagar a Participantes Acréscimos de Custos Receitas com Proveito Diferido Resultados Líquidos do Período créscimos e diferimentos Contas transitórias passivas Outras contas de Credores Empréstimos Obtidos Unidades de Participação Resultados Transitados Resultados Distribuídos Provisões para Encargos Variações Patrimoniais rovisões Acumuladas Comissões a Pagar apital do OIC Acionistas Pessoal Código 43+12 481 421 422 423 44 84 61 62 64 65 67 66 28 28 28 73 148 174623 2 613 937 2 613 937 15837 2877545 551163 31-12-2021 Líquido 2 134 322 183 418 183 418 237 878 8 2 134 322 42 697 42 697 14 298 2374736 278 921 Líquido (211 629) (211 629) (211 629) η/νm 31-12-2022 2 529 2 5 2 9 2 529 ž ATIVO 2 343 422 183 418 183 418 14298 42 697 2 583 836 2343422 42 697 14298 Bruto Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe I Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos Total de Outros Ativos das SIM Total dos Valores a Receber Total da Carteira de Títulos Total das Disponibilidades Total de Outros Ativos Depósitos a Prazo e com Pré-aviso Outros acréscimos e diferimentos TOTAL DO ATIVO Designação Ativos Fixos Tangíveis das SIM Ativos Intangíveis das SIM Outros Instrumentos da Dívida Despesas com Custo Diferido Acréscimos e diferimentos Outros Meios Monetários Certificados de Depósito Contas transitórias ativas Outros Títulos de Capital Unidades de Participação Acréscimos de Proveitos Contas de Devedores Depósitos à Ordem arteira de Títulos isponibilidades Outros Ativos Outros ativos Outros Ativos Obrigações Ações Terceiros Direitos 411+...+418 Código 33 21 22 23 24 25 26 26 31 113 114 118 51 52 53 59

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	RCEIROS			RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	ANTE TERCEIROS	
		Períodos	sopo			Períodos	sopo
Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021	Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	Total				Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros	1 316 690	685 480
	Tota/				Total	1 316 690	685 480
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	Total				Total		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	Total				Total		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	1316690	685 480
66	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	1316690	685 480	66	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS		
		Períodos	os			Períodos	los
Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021	Código	Designação	31-12-2022	31-12-2021
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		20	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	33 857	41 621
719	De Operações Extrapatrimoniais Comissões e Taxas			811+814+82/+818 819	De Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	727	363		Rendimento de Títulos		
724++728	Outras Operações Correntes	19 985	28 949	822++824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	409 014	88 780	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	11844	19 920
731+738	Outras Operações Comentes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	378 090	234 180	839	Em Operações Extrapatrimoniais	477 895	250 780
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	2 446	2 592	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	523 597	312 321
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305				
	Total dos Outros Qustos e Perdas Correntes (A)	814 568	359 190				
79	Outros custos e perdas das SIM			68	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		250
788	Perdas Imputaveis a Exercicios Anteriores Outras Oustos e Perdas Eventuais			m 60 80 80 80 80	Ganhos Imputaveis a Exercicios Anteriores Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	11	
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	111	250
	-						
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
99	Resultado Líquido do Período (se>0)			99	Resultado Líquido do Período (se<0)	290 960	46 619
	TOTAL	814 568	359 190		TOTAL	814 568	359 190
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(364 039)	(27 602)	F-E	Resultados Eventuais	11	250
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	99 805	16 600	B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(288513)	(44 026)
ζ.6	NESUITATION COLLETINES	(176 067)	(600 0+)	ンたつで	סיטיישות כטיישות בארווים מחוקת בארווים מות התוקש בארווים מחוקת בארווים מות התוקש בארווים מתוקש באת התוקש בארווים מתוקש בארווים מתוקש במות התוקש במתות התוקש בתות התוקש בתוקש בתות התוקש בתות התוקש בתות התוקש בתות התוקש בתות הת	(550,560)	(510 0+)



Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-de	ez-22	31-de	ez-21
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		1 248 922		93 404
Subscrição de unidades de participação 	1 248 922		93 404	
PAGAMENTOS:		1 459 895		255 519
Resgates de unidades de participação	1 459 895		255 519	
Rendimentos pagos aos participantes				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(210 974)		(162 114)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		2 171 786		4 255 354
Venda de títulos e outros ativos	2 039 400		4 221 175	
Reembolso de títulos e outros ativos	100 000		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	32 386		34 179	
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		2 056 505		4 074 399
Compra de títulos e outros ativos	2 053 851		4 072 302	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	175		200	
Outras taxas e comissões	1 819		1 686	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	660		211	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		115 281		180 955
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		1 282 780		742 534
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	477 895		250 780	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	140 827		120 524	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
 Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	664 058		371 231	
PAGAMENTOS:		1 156 829		783 792
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	378 090		234 180	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	135 702		136 910	
Comissões em contratos de opções				
			** = == ·	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	643 037		412 701	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		125 950		(41 257)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-d	ez-22	31-de	ez-21
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		21 463		30 093
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	1		21	
Comissão de gestão	18 879		27 246	
Comissão de depósito	1 308		1 557	
Taxa de supervisão	1 275		1 269	
Impostos e taxas				
Reembolso de empréstimos				

Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(21 463)		(30 093)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários	0	ا	0	_
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
CAL DO DOS FLUNOS DE CANA DO DEDÍODO (A)		0.705		(50.540)
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		8 795		(52 510)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		174 623		227 133
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		183 418		174 623

Notas às Demonstrações Financeiras REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Iberia Fixed Income - Fundo de Investimento Mobiliário aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de outubro de 2016, tendo iniciado a sua atividade em 2 de fevereiro de 2017.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em divida de emitentes portugueses e espanhóis.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos — Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro

Descrição	31-12-2021		Subscrições			Resgates		Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria I	Categoria R	Categoria A	Categoria I	Categoria R		Exercicio	
Valor base	2 756 815	9 318	1 240 000	-	(1370526)	(50 609)	-			2 584 996
Diferença p/Valor Base	22 348	(396)	-	-	(39 587)	828	-			(16 808)
Resultados distribuídos	-									-
Resultados acumulados	139 927							(46 619)		93 308
Resultados do período	(46 619)							46 619	(290 960)	(290 960)
SOMA	2 872 470	8 922	1 240 000		(1410114)	(49 781)		-	(290 960)	2 370 537
№ de Unidades participação										
Categoria A	551 163	1 864			(274 105)					278 921
Categoria I	-		248 000			(10 122)				237 878
Categoria R	200			-			-			200
Valor Unidade participação										
Categoria A	5.2099									4.6408
Categoria I	-									4.5202
Categoria R	4.9936									4.4471

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

			Categoria A			Categoria R			Categoria I		To	tal
	Data	Valor UP	VLGF	№ UP em circulação	Valor UP	VLGF	№ UP em circulação	Valor UP	VLGF	№ UP em circulação	VLGF	№ UP em circulação
	31-12-22	4.6408	1 294 405	278 921	4.4471	891	200	4.5202	1 075 240	237 878	2 370 537	517 000
Ano 2022	30-09-22	4.5672	1 278 990	280 041	4.3829	878	200	4.4436	1 057 017	237 878	2 336 885	518 119
A110 2022	30-06-22	4.6403	1 298 076	279 740	4.4513	892	200	4.5094	1 072 679	237 878	2 371 647	517 818
	31-03-22	4.9910	1 404 807	281 469	4.7866	959	200	4.8470	1 152 981	237 878	2 558 747	519 547
	31-12-21	5.2099	2 871 469	551 163	4.9936	1 001	200	-	-	-	2 872 470	551 363
Ano 2021	30-09-21	5.2484	2 922 750	556 885	5.0277	1 008	200	-	-	-	2 923 758	557 085
A110 2021	30-06-21	5.2241	2 975 890	569 653	5.0015	1 002	200	-	-	-	2 976 892	569 853
	31-03-21	5.2286	3 063 928	585 997	=	-	-	-	-	-	3 063 928	585 997
	31-12-20	5.2909	3 081 203	582 365	1	-	-	-	-	-	3 081 203	582 365
Ano 2020	30-09-20	5.1954	3 062 537	589 480	-	-	-	-	-	-	3 062 537	589 480
A110 2020	30-06-20	5.1130	2 630 272	514 431	=	-	-	-	-	-	2 630 272	514 431
	31-03-20	4.9291	2 548 417	517 021	-	-	-	-	-	-	2 548 417	517 021

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões		N.º participantes	
Escaloes	Categoria A	Categoria R	Categoria I
UPs ≥ 25%	1	1	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-	-
5% ≤ UPs < 10%	1	-	-
2% ≤ UPs < 5%	2	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	25	-	-
UPs < 0.5%	69	-	-
TOTAL	98	1	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

|--|

Descrição	Comp	ora (1)	Vend	as (2)	Total (:	1) + (2)
Descrição	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	1 222 713	-	815 335	-	2 038 048	-
Fundos Públicos e Equiparados	-	-	157 830	-	157 830	-
Obrigações Diversas	579 302	-	897 747	-	1 477 049	-
Contratos de Futuros	=	59 294	-	45 789	-	105 083
Total	1 802 015	59 294	1 870 912	45 789	3 672 928	105 083

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	1 248 922	-
Resgates	1 459 895	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

						(valores en Euro)
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
Caixa Geral Depósitos 5.75% 28/06/28	99 750	257	-	100 007	2 930	102 937
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	99 314	-	(2 674)	96 640	678	97 318
	199 064	257	(2 674)	196 647	3 608	200 255
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Spain Letras Del Tesoro 0% 07/07/23	149 211	-	(1 053)	148 158	-	148 158
Spain Letras Del Tesoro 0% 13/01/23	49 903	78	=	49 981	-	49 981
SPGB 0% 31/05/25	195 895	-	(9 817)	186 078	-	186 078
SPGB 0.1% 30/04/31	156 856	-	(4 580)	152 276	134	152 410
SPGB 0.8% 30/07/27	96 230	-	(6 097)	90 133	338	90 471
	648 094	78	(21 546)	626 626	472	627 098
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 08/09/27	99 897	-	(15 954)	83 943	156	84 099
Banco Comercial Português Var 25/10/25	100 885	2 142	=	103 027	1 560	104 587
Banco Sabadell SA 0.875% 16/06/28	99 559	-	(19 176)	80 383	475	80 858
Banco Santander SA Float 11/02/25	99 877	52	-	99 929	323	100 252
Bankinter SA 0.625% 06/10/27	99 628	-	(15 378)	84 250	147	84 397
CaixaBank SA Var 18/06/31	90 932	-	(5 681)	85 251	671	85 922
CEPSA Finance SA 0.75% 12/02/28	99 429	-	(18 974)	80 455	662	81 117
CRL Credito Agricola Mut Var 05/11/26	99 906	-	(14 036)	85 870	384	86 254
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	100 000	-	(18 296)	81 704	1 374	83 078
Grifolis SA 1.625% 15/02/25	100 575	-	(5 833)	94 742	614	95 356
Ibercaja Banco SA Var 15/06/25	98 256	-	(446)	97 810	2 045	99 855
Iberdrola Finanzas SAU Var 16/11/170	100 000	-	(18 317)	81 683	194	81 877
Inmobiliaria Colonial SO 0.75% 22/06/29	98 969	-	(22 163)	76 806	395	77 201
Kutxabank SA Var 14/10/27	99 671	-	(13 905)	85 766	107	85 873
MERLIN PROPERTIES SOCIMI 2.375% 13/07/27	108 680	-	(19 250)	89 430	1 113	90 543
	1 496 264	2 194	(187 409)	1 311 049	10 218	1 321 267
TOTAL	2 343 422	2 529	(211 629)	2 134 322	14 298	2 148 620

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

		Ganhos de Capital		Ganhos	de Juros	Rendimento de		
Natureza	Mais valias	Mais valias	Soma	Juros vencidos e	Juros decorridos		Soma	
	potenciais	efectivas	SUITIA	comissões	Julios decorridos	titulos		
OPERAÇÕES "À VISTA"	·							
Obrigações	2 529	9 315	11 844	19 559	14 298	-	33 857	
OPERAÇÕES A PRAZO								
Taxa de Juro								
Futuros	-	477 895	477 895	-	-		-	
TOTAL	2 529	487 210	489 739	19 559	14 298	-	33 857	

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados			
Natureza	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma	
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	206 275	202 738	409 014	-	-	-	
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro							
Futuros	-	378 090	378 090	-	-	-	
COMISSÕES							
de Gestão	-	-	-	15 962	1 432	17 394	
de Depósito	-	-	-	1 132	105	1 237	
de Supervisão	-	-	-	1 000	200	1 200	
de Carteira de títulos	-	-	-	727	-	727	
Outras	-	-	-	154	-	154	
TOTAL	206 275	580 828	787 104	18 976	1 737	20 713	

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

		(Valores em Euro)
Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	2 446	2 592
	2 446	2 592
TOTAL	2 446	2 592

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em		Saldo			
iviaturidades	Carteira (A)	FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	(A)+(B)
de 0 a 1 ano	198 139	-	-	(1 316 690)	-	(1 118 551)
de 1 a 3 anos	378 752	-	-	-	-	378 752
de 3 a 5 anos	265 410	-	-	-	-	265 410
de 5 a 7 anos	158 317	-	-	-	-	158 317
mais de 7 anos	152 410	-	-	-	-	152 410

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Catego	oria A	Categoria I		Categoria R	
Custos	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	13.393	0,91%	4.688	0,47%	8	0,91%
Comissão de Depósito	765	0,05%	521	0,05%	0	0,05%
Taxa de Supervisão	714	0,05%	486	0,05%	0	0,05%
Custos de Auditoria	2.561	0,17%	1.743	0,17%	2	0,17%
Outros Custos Correntes	1.352	0,09%	920	0,09%	1	0,09%
TOTAL	18.785		8.358		12	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1,28%		0,83%		1,28%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG



Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: IMGA Iberia Fixed Income ESG

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): 5493001MT6YISZH3YV05

Código do fundo (CMVM): 1470

Características ambientais e/ou sociais

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Este	Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?				
••		Sim	• •	x	Não
		bjetivo ambiental:% em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	x	(A/S realis	qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
		ou investimentos sustentáveis bjetivo social:%		reali	noveu características (A/S), mas não zou quaisquer investimentos entáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de cerca de 92% dos ativos do Fundo, indicando que os ativos que o constituem, de uma forma geral, têm uma baixa exposição aos riscos considerados materiais para o setor em que se inserem e/ou fazem uma boa gestão dos mesmos. Existe ainda uma



exposição significativa, de cerca de 36%, a obrigações sustentáveis por se tratar de emissões denominadas por "green bons" ou "social bonds".

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG de Risco Baixo. De salientar, no entanto, que das 17 entidades privadas em carteira, 14 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 62.7% da carteira. Não obstante, 9 das obrigações de emitentes privados foram consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental por se tratarem de *green bonds*, 8 das quais estão incluídas na percentagem apresentada de entidades sem indicadores de sustentabilidade ambiental. O Fundo detém ainda divida governamental considerada sustentável do ponto de vista ambiental e social, correspondente a 26% dos ativos do Fundo.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 31% desta notação, penalizado principalmente por questões relacionadas com ética empresarial no setor bancário e beneficiado pelos indicadores relativos aos direitos humanos e corrupção. A contribuir favoravelmente para a sustentabilidade social estão também as obrigações governamentais detidas, que correspondem a 26% dos ativos do Fundo e uma "social bond" correspondente a 3.6% da carteira de ativos do Fundo.

Não foram detetadas quaisquer situações de *non-compliance* com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.



Notação de Rating ESG:	Risco Baixo		Total		Promoç	ão Característi	cas A/S		Sustentáveis	
	Indicadores de Sustentabilidade	% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	Applicados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	Analicados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	16,5%	4,6%		16,5%	4,6%		16,5%	4,6%	
Sustentabilidade Ambiental	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	10,4%	1,0%	5,8%	10,4%	1,0%	5,8%	10,4%	1,0%	5,8%
Ambienta	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	10,4%	0,2%		10,4%	0,2%		10,4%	0,2%	
	Direitos Humanos	0,0%	0,0%	0,0% 66,1% 10,4% 66,1% 31,7% 5,2%	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%	21.5%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	72,5%	7,4%		66,1%	6,7%	20.40/	54,2%	4,8%	
	Saúde e Segurança no Trabalho Ética Empresarial	10,4%	1,1%		10,4%	1,1%		10,4%	1,1%	
Sustentabilidade		72,5%	11,9%		66,1%	10,1%		54,2%	7,7%	
Social	Corrupção	5,2%	0,4%		0,4%	28,4%	5,2%	0,4%	21,5%	
	Relação com a comunidade	10,4%	10,4% 1,0%		10,4%		1,0%	10,4%		1,0%
	Privacidade e Segurança de Dados	45,2%	8,6%		38,8%	7,8%	1	26,9%	5,3%	_
	Acesso a Serviços Básicos	6,1%	1,2%		6,1%	1,2%		6,1%	1,2%	
Corporate Governance	Corporate Governance	72,5%	22,1%	22,1%	66,1%	20,0%	20,0%	54,2%	15,2%	15,2%
Outros	Outros	56,0%	40,5%	40,5%	49,5%	5,2%	5,2%	37,7%	3,4%	3,4%
	TOTAL	-	100,0%	100,0%	-	59,4%	59,4%	-	45,8%	45,8%
	% Ativos do Fundo		100%			92%			70%	

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emitente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de **Risco Baixo** resulta em cerca de 59% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 92% da carteira de ativos (ver gráfico de alocação de ativos abaixo). Destes cerca de 70% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 46% da notação de risco ESG atribuída. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

- ... e em relação a períodos anteriores?

 Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.
- Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?
 Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.
- Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões

sociais e laborais, do

respeito dos direitos

contra a corrupção e o

humanos e da luta

suborno.



Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
SPGB 0% 31/05/25	Government	7,84%	Espanha
EUR - Banco Comercial Português	Liquidez	7,72%	Portugal
SPGB 0.1% 30/04/31	Government	6,42%	Espanha
Spain Letras Del Tesoro 0% 07/07/23	Government	6,24%	Espanha
Banco Comercial Português Var 25/10/25	Financial	4,40%	Portugal
Caixa Geral Depósitos 5.75% 28/06/28	Financial	4,33%	Portugal
Banco Santander SA Float 11/02/25	Financial	4,22%	Espanha
Ibercaja Banco SA Var 15/06/25	Financial	4,20%	Espanha
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	Consumer, Cyclical	4,10%	Portugal
Grifolis SA 1.625% 15/02/25	Consumer, Non-cyclical	4,02%	Espanha

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022





Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

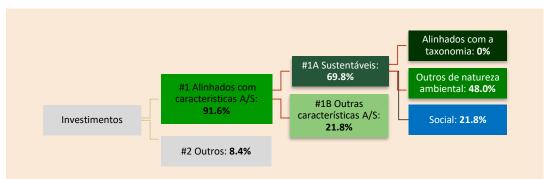
Qual foi a alocação dos ativos?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao gás fóssil incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à energia nuclear, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As atividades capacitantes permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As atividades de transição são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria #1 Alinhados com características A/S abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Financial	Banks	38,53%
	REITS	7,06%
	Insurance	3,50%
Government	Sovereign	26,41%
Consumer, Cyclical	Leisure Time	4,10%
Consumer, Non-cyclical	Pharmaceuticals	4,02%
Utilities	Electric	3,45%
Energy	Oil&Gas	3,42%
Liquidez	Depósito à Ordem	9,52%





Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹?

	Sim:		
		Gás fóssil	Energia nuclear
X	Não		

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- Volume de negócios, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- Despesas de capital

 (CapEx), demostrando os
 investimentos
 ecológicos realizados
 pelas empresas
 beneficiárias do
 investimento, por ex.
 com vista à transição
 para uma economia
 verde;

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



- * Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.
- Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 69.8% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 21.8% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem duas emissões obrigacionistas de emitentes privados, não qualificáveis como sustentáveis ou alinhadas com características A/S.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, consequentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Iberia Fixed Income ESG - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2 374 736 euros e um total de capital do OIC de 2 370 537 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 290 960 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Iberia Fixed Income ESG - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos — Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,



mazars

concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a
 posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os
 princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento
 Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- · adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;



mazars

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

mazars

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)